

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES  
ATRAVÉS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

***INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES A  
TRAVÉS DE LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS***

***INCLUSION IN CHILD EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES  
THROUGH PEDAGOGICAL PRACTICES***

Cristiane Sousa SANTOS<sup>1</sup>  
Yara de Souza ALMEIDA<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem o propósito de levantar uma discussão acerca do processo de inclusão na educação infantil através das práticas pedagógicas. Devido ao crescente número de crianças com necessidade especial ingressando em turmas regulares na educação infantil, a escola precisa estar preparada, não só na parte de acessibilidade, mas também na formação dos profissionais de educação. E nessa perspectiva, a sala de aula se torna o lugar no qual a prática construída no cotidiano pode promover a inclusão. Sabemos das dificuldades encontradas nas escolas para que essa inclusão aconteça: a falta de material especializado, as lacunas na formação, a falta de professores são alguns desses desafios. Por isso, iremos, neste artigo, embasados em teóricos da área, analisar não só os desafios, mas também as possibilidades que podemos encontrar através da prática, buscando refletir, e quiçá, encontrando caminhos para que se possa promover uma inclusão, ou seja, garantido uma educação de qualidade e respeitando a singularidade de cada um.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Educação infantil. Educação especial. Formação de professores.

**RESUMEN:** *El presente artículo tiene el propósito de plantear una discusión acerca del proceso de inclusión en la educación infantil a través de las prácticas pedagógicas. Debido al creciente número de niños con necesidad especial ingresando en clases regulares en la educación infantil, la escuela necesita estar preparada, no sólo en la parte de accesibilidad, sino también en la formación de los profesionales de la educación. En esa perspectiva, el aula se convierte en el lugar en el que la práctica construida en el cotidiano puede promover la inclusión. Sabemos de las dificultades encontradas en las escuelas para que esa inclusión ocurra, la falta de material especializado, las lagunas en la formación, falta de profesores, son algunos de estos*

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia (Ufba), Salvador – BA – Brasil. Pós-Graduanda em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Professora graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) e Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias e Educação Especial pela Uniasselvi. E-mail: crysspedagoga@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia (Ufba), Salvador – BA – Brasil. Professora graduada em Pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: yara.a@ig.com.br.

*desafíos. Por eso, en este artículo, basadas en teóricos del área, analizar no sólo los desafíos más también las posibilidades que podemos encontrar a través de la práctica, buscando reflexionar, y quizá, encontrando caminos para que se pueda promover una inclusión o sea, garantizado una educación De calidad y respetando la singularidad de cada uno.*

**PALABRAS CLAVE:** *Inclusión. Educación infantil. Educación especial. Formación de profesores.*

**ABSTRACT:** *This article aims to raise a discourse about the process of inclusion in early childhood education through pedagogical practices. Due to the increasing number of children with special needs entering regular classes in early childhood education, the school needs to be prepared not only in the accessibility part but also in the training of education professionals. And from this perspective, the classroom becomes the place in which the practice constructed in everyday life can promote inclusion. We know of the difficulties encountered in schools for this inclusion to happen, the lack of specialized material, the gaps in training, the lack of teachers, are some of these challenges. Therefore, in this article, based on theorists of the field, we analyze not only the challenges but also the possibilities that we can find through practice, seeking to reflect, and perhaps, finding ways to promote inclusion, that is, to guarantee an education Of quality and respecting the uniqueness of each one.*

**KEYWORDS:** *Inclusion. Child education. Special education. Teacher training.*

## **Introdução**

Tem crescido consideravelmente o número de crianças com necessidade especial ingressando na escola regular de Educação Infantil. Esse crescimento foi motivado pela força do movimento pela inclusão, como relata Biaggio (2007). O crescimento não é casual, mas resultado da mobilização da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a Declaração de Salamanca de 1994, reafirmou o direito das crianças e adolescentes com necessidades especiais à educação sem distinção. E no Brasil, através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1998, esse direito foi consolidado no art. 58, esclarecendo que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A Declaração de Guatemala de 1999, como nos diz Drago (1999, p. 65), “tem como princípio a garantia de que os governos assumiriam o compromisso de se adequarem as instalações que facilitem o transporte, a comunicação e o acesso público às pessoas com necessidades especiais”. Dessa forma, as crianças e adolescentes com

necessidades especiais conquistaram o direito de serem incluídas nas escolas regulares, motivando o crescimento da demanda de alunos. Porém, tal demanda requer da escola certa preparação, tanto na questão da acessibilidade como também na formação dos profissionais da educação.

No cotidiano escolar, o que encontramos são instituições ainda despreparadas, seja na estrutura física como na formação dos profissionais da educação. Essa situação torna-se mais agravante na Educação Infantil, pois a maioria das crianças que apresentam necessidade especial não consegue o diagnóstico, muitas vezes por resistência dos familiares que não o aceitam, o que dificulta o trabalho pedagógico.

Diante destes desafios, reconhecemos que o profissional da educação, assim como os de outras áreas, precisa se atualizar, buscando possibilidades de promover a inclusão propriamente dita, e garantir a essas crianças o direito à educação, respeitando a singularidade de cada criança, como nos diz o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 36): “O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças”.

A partir desta problematização, o presente artigo pretende discutir quais os desafios e possibilidades encontrados no processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, buscando evidenciar através da prática pedagógica, caminhos para que essa inclusão aconteça. Nossa intenção não é apresentar fórmulas prontas, mas sim trazer uma reflexão sobre a temática.

Visando estabelecer diálogo embasado por estudiosos da área, como Drago, Viana, Hines, Vygotsky, entre outros, é que foi escolhido como metodologia a pesquisa bibliográfica, que permite ter uma visão mais ampla do objeto a ser estudado.

Assim, em seguida serão levantados tópicos relevantes para uma análise reflexiva sobre o processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, através do diálogo entre teoria e prática pedagógicas.

### **Um breve histórico sobre a educação especial no Brasil**

A Educação Especial no Brasil passou por várias transformações no decorrer dos anos, e foi construída separadamente do ensino oferecido para pessoas que não apresentavam deficiência, pois de acordo com Kassir (2011, p. 2): “esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o

atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos”.

No período da República Velha, em 1889, a Educação Especial dá seus primeiros sinais no Brasil, influenciada pela Europa, sendo constada a partir de diagnósticos médicos. Porém, as pessoas com necessidades especiais não tinham acesso à escolarização por serem consideradas incapazes, conforme a Legislação da época.

A atenção sobre o que foi considerado “anormal” pode ser identificada na literatura médica da época e na legislação educacional que restringia a essa população o acesso à escolarização ou à instrução, como era tratada a Educação no período. Decretos de diferentes estados atestam essa posição, como o decreto-lei nº. 7970 de 1927, de Minas Gerais, que dispensa de frequência às aulas, entre outros motivos, crianças com “incapacidade física ou mental” e indigentes, “enquanto não se fornecer, pelos meios de assistência [...], o vestuário indispensável à decência e à higiene” (apud PEIXOTO, 1981).

A deficiência no âmbito educacional, começou a ganhar destaque à partir do Decreto n. 5.884, instituído pelo Código de Educação da Cidade de São Paulo 1933, quando normatizou sua “Educação Especializada”, entendeu como parte de seu alunado os “débeis físicos”, “débeis mentais”, “doentes contagiosos”, “cegos”, “surdos-mudos” e os “delinquentes” (BRASIL, 1933).

O Século XX, ainda não havia avançado na questão da Educação Especial, limitando o acesso de pessoas com necessidades especiais à educação. Em 1960, através da Conferência Geral organizada pela UNESCO, se lança na luta contra a discriminação no campo do ensino, afirmando que:

A discriminação no campo do ensino constitui violação dos direitos enunciados nesta Declaração. Considerando que nos termos de sua Constituição, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura se propõe a instituir a colaboração entre as nações para assegurar a todos o respeito universal dos direitos do homem e oportunidades igual de educação. (UNESCO, 1960, p. 1)

Dessa forma, a Conferência da UNESCO 1960 torna-se um parâmetro para que um ano após sua realização, a LDB, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passe a garantir o acesso de pessoas “excepcionais” ao ensino, como nos diz o Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Porém, no texto geral prevê também que

caso haja a necessidade sejam criados espaços especializados, como nos diz Mantoan (2017):

Entende-se que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadrasse no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem. (MANTOAN, 2017)

Com o passar dos anos, a luta em prol da Educação Especial foi ganhando força, aparecendo na Constituição de 1988, através do art. 208, inciso III, afirmando que: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, considerando a importância da inclusão nas escolas regulares”. Com isso iniciava-se processo de inclusão propriamente dito em escolas regulares.

Na Declaração de Salamanca de 1994, o direito à Educação para as pessoas com necessidade especial ganha solidez, garantindo que “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que foi instituída em 1996, reafirma em seus artigos 58, 59 e 60, o acesso de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares através de regimento, para que a inclusão aconteça.

Apesar do avanço nas Leis, no cotidiano escolar notamos que existem muitos desafios para que essa inclusão aconteça, principalmente em escolas de Educação Infantil. O que nos leva a questionar quais os desafios encontrados pelos profissionais da educação frente a esse processo de inclusão nas instituições públicas de Educação Infantil.

### **Desafios na inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil**

A Educação Infantil é uma etapa do ensino que tem conquistado seu espaço no decorrer dos anos, integrando o ensino básico a partir da Constituição de 1988, até ganhar destaque através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº. 9.394/1994). Porém, ainda enfrenta vários desafios, principalmente relacionados ao ingresso de crianças especiais nas turmas regulares.

Por se tratar de uma etapa importante para o desenvolvimento cognitivo da criança, é na educação infantil que são identificados algumas necessidades que poderão comprometer o processo de aprendizagem da criança, sendo ela dita “normal” ou que apresente alguma necessidade especial, como nos diz Vygotsky (1998, p. 115). A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem.

Nesta perspectiva, a obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 a 5 anos na educação infantil com a alteração feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, as escolas públicas de Educação Infantil têm recebido grande demanda de alunos, entre eles os que apresentam alguma necessidade especial, e que muitas vezes não encontram na escola um local inclusivo que garanta uma educação de qualidade respeitando as diferenças. Mas porque isso acontece?

São vários fatores que dificultam esse processo de inclusão: escolas sem estrutura física que contemple a acessibilidade, a falta de professores, a dificuldade em obter um diagnóstico, o déficit na formação de professores, são alguns desses desafios cotidianos enfrentados pelas instituições públicas.

Sabemos que alguns destes desafios dependem da aplicação de políticas públicas, como é o caso da acessibilidade. Por outro lado, devemos considerar que a gestão da escola tem um papel importante para que essa inclusão aconteça, pois segundo Hines (2008) a atuação da direção é fundamental para o sucesso na transformação de uma escola na perspectiva inclusiva. É através das ações do diretor que serão articuladas estratégias para facilitar o trabalho de profissionais da educação, pensando na questão da formação, tão contestada por educadores, que se tornou um verdadeiro impasse neste processo de inclusão, como também na articulação com pais e toda comunidade escolar para conscientizar sobre a questão da inclusão.

Pensando nesses desafios, entendemos que é no cotidiano da sala de aula que identificamos como esse processo de inclusão está acontecendo, o que nos leva a um questionamento: Como as práticas pedagógicas podem contribuir para que a inclusão aconteça nas classes regulares de Educação Infantil?

## O processo de inclusão através de práticas pedagógicas

O meu olhar é nítido como um girassol. Tenho o costume de andar pelas estradas Olhando para a direita e para a esquerda. E de vez em quando olhando para trás... E o que vejo a cada momento. É aquilo que nunca antes eu tinha visto. E eu sei dar por isso muito bem... (O Guardador de Rebanhos. In Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa)

Através do trecho do poema de Fernando Pessoa, “O Guardador de Rebanhos”, podemos fazer uma comparação baseada no cotidiano escolar, o que nos leva a refletir sobre o “olhar” do educador diante das crianças dentro do processo de aprendizagem. Considerando a diversidade, esse olhar se faz mais do que necessário, pois de acordo com Drago (2011) “é papel da educação formal proporcionar ao educando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades para superar o meio social já existente”, ou seja, a escola precisa promover uma educação de qualidade que respeite a singularidade de cada educando, buscando a formação de indivíduos críticos, reflexivos e participativos.

Quando nos remetemos à Inclusão na Educação Infantil, o assunto fica mais complexo, já que muitas crianças que chegam na Educação Infantil e apresentam alguma necessidade especial não possuem diagnóstico. Entretanto, cabe à escola promover essa inclusão, buscando estabelecer estratégias que facilitem o processo de aprendizagem, pois:

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e em deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MONTANO, 2007, p. 45)

Dessa forma, é necessário que o educador esteja sempre em formação, levando em consideração que cada turma tem suas características e não cabe mais esperar fórmulas prontas.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação

profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

É na escola, através das práticas pedagógicas, à partir de experiências significativas que levem a criança a desenvolver suas habilidades, que irão surgir de acordo com cada situação estratégias de ensino para que tanto a criança dita “normal”, quanto a criança com necessidade especial na Educação Infantil, possam construir seus conhecimentos. De acordo com Viana (2002, p. 56), “a criança ao contrário do que era considerado no passado, mostra-se como um ser que pensa, tem sentimentos e emoções e, portanto, é participante ativo do mundo”. Com isso, a escola, em conjunto com a comunidade escolar, precisa estimular a criança dentro deste processo de aprendizagem, respeitando as diferenças:

Aprendemos a pensar com o outro... Aprendemos a ler construindo hipóteses na interação com o outro. Aprendemos a escrever organizando nossas hipóteses no confronto com as hipóteses do outro... A ação, interação e troca, movem o processo de aprendizagem. (Freire, 1997, p. 7)

Assim, o educador precisa buscar através de estudiosos, associado a suas práticas pedagógicas, maneiras de promover a inclusão, com a certeza de que é através dos questionamentos, erros e acertos que se poderá promover uma educação inclusiva, lembrando que estamos sempre em processo de formação.

### **Considerações finais**

Há muito ainda para avançar no que se refere ao processo de Inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil. A falta de material, a acessibilidade, falta de professores, déficit na formação, são desafios contínuos. Porém, a escola é um espaço de formação, é no cotidiano escolar que as estratégias vão surgindo. Mas pra isso, precisamos desconstruir também algumas ideias, como afirma Ferreira e Guimaraes (2003, p. 27):

Os efeitos causados pela visão equivocada sobre pessoas com deficiência levam ao desconhecimento de suas potencialidades, o que acaba por continuar reforçando a crença sobre sua suposta incapacidade. Esse quadro só poderá ser alterado a partir do momento em que a condição de deficiência modificar-se, tomando em consideração também as potencialidades, e não apenas os defeitos e as limitações das pessoas.

A partir desta desconstrução, devemos procurar enfrentar os desafios, buscando melhorar cada vez mais esse processo de inclusão, apresentando através das práticas pedagógicas experiências significativas que podem, mesmo que timidamente, promover o avanço da inclusão.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988a.
- BRASIL. MEC. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013.
- DRAGO, R. Uma fresta na janela: A educação inclusiva. In: **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2011.
- FREIRE, M. et al. **Grupo, indivíduo, saber e parceria**: malhas do conhecimento. São Paulo: Espaço pedagógico, 1997.
- HINE, J. T. Making collaboration work in inclusive. hing school classrooms: recommendations for principals. **Intervention in scholl and clinic**, v. 43, n. 5, p. 277-282, 2008.
- KASSAR, M. de C. M. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil**. Ministério da Educação, novembro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- MANTOAN, M. T. E. **A Educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. Disponível em: <<http://www.lerparaver/bancodeescola>>. Acesso em: 23 jan. 2017.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

**NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. O diagnóstico de Necessidades Educativas Especiais (NEE).** Disponível em:

<<http://neeiscia.blogspot.com.br/2007/08/o-diagnostico-de-necessidades-educativas.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PESSOA, F. “O Guardador de Rebanhos”. In: **Poemas de Alberto Caeiro**. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor). Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993).

VIANA, J. M. Educação e cidadania começam na infância. IN: SOUSA, R. C. de.; BORGES, M. F. S. T. (orgs.). **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Vygotsky, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEF, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad.: Maria da Penha Villa lobos. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 1998. (Trabalho originalmente publicado em 1933).

### Como referenciar este artigo

SANTOS, Cristiane Sousa.; ALMEIDA, Yara de Souza. Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n.3, p. 1423-1432, set./dez. 2017. ISSN: 1519-9029.

**Submetido em:** 28/07/2017

**Aprovado em:** 23/09/2017